

# COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

## PROJETO DE LEI Nº 252, DE 2021

“Institui o direito de defesa oral na contestação de multa por infração de trânsito aplicada e dá outras providências.”

**Autor:** Deputado ROBERTO DE LUCENA

**Relator:** Deputado FRANCO CARTAFINA

### VOTO EM SEPARADO

(Do Sr. BOSCO COSTA)

O Projeto de Lei nº 252, de 2021, de autoria do Deputado Roberto de Lucena, objetiva instituir o direito de defesa oral em recursos relativos a infrações de trânsito. A defesa oral, após apresentação por escrito da defesa prévia, tem o propósito de permitir a “inquirição de até três testemunhas, além de outros tipos de provas”.

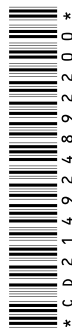
O parecer do Deputado Relator Franco Cartafina foi pela aprovação da proposição na forma de substitutivo. Todavia, entendemos que a matéria deve ser incorporada na Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, mais especificamente, em seu art. 285, que trata do recurso após expedição da notificação da penalidade, ou seja, após a fase de defesa prévia.

Ressaltamos que tal recurso é, de acordo com a legislação em vigor, julgado pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI – do respectivo órgão de trânsito ou rodoviário. Esse é órgão colegiado competente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bosco Costa

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214924892200>

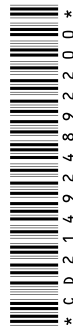


para julgamento das infrações, conforme preconizado no art. 16. Em nosso substitutivo, para os recursos com sustentação oral, mantivemos a sistemática atual do Código, incorporando a dilação de prazo sugerida pelo nobre relator, de 30 para 60 dias.

Diante do exposto, no que cabe a esta Comissão analisar, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 252, de 2021, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

Deputado BOSCO COSTA



## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 252, DE 2021

“Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre interposição de recurso com sustentação oral.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre interposição de recurso com sustentação oral.

Art. 2º O art. 285 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

“Art. 285. ....  
.....

§ 5º Na solicitação de recurso, será disponibilizada ao recorrente a opção de apresentação de recurso com sustentação oral, em que será permitida a inquirição de até três testemunhas assim como o uso de outros meios de prova.

§ 6º No caso de recurso com sustentação oral, o prazo a que se refere o *caput* será de sessenta dias.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

Deputado BOSCO COSTA

